

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

AON HOLDINGS CORRETORES DE SEGUROS LTDA., com sede à Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha n.º 153, 1º ao 8º e 10º andares, Vila Nova Conceição, **São Paulo/SP**, inscrita no CNPJ/MF n.º 48.102.552/0001-37, com filiais no **Rio de Janeiro/RJ**, na Rua Teófilo Otoni, 15, 5º e 6º andares, Centro, CEP 20090-080, CNPJ/MF n.º 48.102.552/0002-18; em **Campinas/SP**, na Av. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, 3º Andar, sala 302, Jardim Madalena, CEP 13091-611, CNPJ/MF n.º 48.102.552/0003-07; em **Curitiba/PR**, na Rua Marechal Deodoro, 950, 1º andar, conj. 102/103, Centro, CEP 80060-010, CNPJ/MF n.º 48.102.552/0004-80; **Belo Horizonte/MG**, na Rua Paraíba, 1000, 4º andar, Funcionários, CEP 30130-141, CNPJ/MF n.º 48.102.552/0006-41; em **Porto Alegre/RS**, na Rua Felix da Cunha, 1009, conj. 301, Floresta, CEP 90570-001, CNPJ/MF n.º 48.102.552/0008-03; em **Salvador/BA**, na Rua Coronel Almerindo Rehen, 82, sala 901 a 910, Caminho das Árvores, CEP 41820-768, CNPJ/MF n.º 48.102.552/0009-94; em **Ribeirão Preto/SP**, na Rua Garibaldi, 1760, Jd. Sumaré, CEP 14025-190, CNPJ/MF n.º 48.102.552/0010-28; no **Recife/PE**, na Rua Padre Capuceiro, 858, 6º andar, sala 101, CEP 51020-280, CNPJ/MF n.º 48.102.552/0018-85; em **Vitória/ES**, na Rua Jose Alexandre Buaiz, 300, salas 712 a 718, Enseada do Suá, CEP 29050-545, CNPJ/MF n.º 48.102.552/0016-13, neste ato representada por seus representantes legais, adiante denominada **AON**,

e, de outro lado,

UNIMED TRÊS CORAÇÕES COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA., com sede na Av. Dr. Moacir Rezende n.º 358, Centro, **Três Corações/MG**, inscrita no CNPJ sob n.º 42.855.999/0001-09, operadora de planos de assistência à saúde com autorização de funcionamento na ANS sob o n.º 35.903-3, neste ato representada por seus representantes legais, na forma de seus atos constitutivos, adiante denominada **CONTRATANTE**,

têm entre si justo e contratado, o presente instrumento particular de prestação de serviços de especialidade da **AON**, que reger-se-á pelas seguintes cláusulas e legislação que lhe for aplicável:

I – Cláusula Primeira – Objeto do Contrato:

01.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços pela **AON** à **CONTRATANTE**, de divulgação, promoção e corretagem dos produtos desta última para a intermediação de plano de saúde, de acordo com as especificações constantes no Anexo, ora expressamente ratificado, que rubricados pelas Partes faz parte indissociável deste instrumento.

01.2 - Entende-se por produtos as diversas modalidades de contratos de prestação de assistência médica, hospitalar, de diagnóstico e terapia, objeto das contratações individuais/familiares e coletivas, que a **CONTRATANTE** possui, com ou sem coberturas adicionais, as quais poderão ser contratadas opcionalmente através de aditivos específicos.

01.3 - A **CONTRATANTE** indicará à **AON** quais os produtos que estarão disponíveis, podendo alterar a qualquer momento tal rol.

II – Cláusula Segunda – Prazo de Vigência:

02.1 – O prazo de vigência do presente instrumento é 12 (doze) meses a contar da data de 01 de setembro de 2017, renovando-se automaticamente, caso não haja manifestação contrária por uma das Partes com antecedência mínima de trinta (30) dias da data do seu término.

III – Cláusula Terceira – Remuneração:

03.1 – Pelos serviços que prestar, observadas as disposições previstas nesta avença, a **AON** fará jus ao recebimento das importâncias relacionadas no Anexo correspondente à cada Cliente, que tomará por base os valores das mensalidades dos planos de contratação coletiva que angariar e que sejam efetivamente recebidos pela **CONTRATANTE**, deduzidos os valores relativos aos eventuais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre a presente relação.

03.1.1 – As disposições previstas no Anexo correspondente à cada Cliente poderão ser alteradas por consenso prévio e por escrito das Partes.

03.2 - Não serão computados como produtos efetivamente contratados, para efeitos de remuneração:

i) Os contratos cujos contratantes desistam dos mesmos no prazo legal ou mesmo após este, ou cujos pagamentos não venham a se confirmar pela insuficiência de fundos ou sustação dos cheques utilizados, ou mesmo que não se realize, por qualquer outro meio, a disponibilização do respectivo crédito à **CONTRATANTE**;

ii) As contratações que, eventualmente aceitas, estejam desacompanhadas dos documentos exigidos pela **CONTRATANTE** e/ou que contenham os respectivos dados cadastrais pessoais dos contratantes incompletos e/ou errôneos;



03.3 – Sobrevindo o recebimento dos valores em razão das diligências administrativas e/ou judiciais realizadas pela **CONTRATANTE**, através de pessoal próprio ou contratado, para recebimento dos valores devidos pelos beneficiários/segurados, os mesmos serão devidos à **AON**.

03.4 – Sem prejuízo das disposições previstas neste instrumento, as importâncias apuradas na forma disposta na sub-cláusula 3.1 serão pagas, após o efetivo recebimento das mensalidades pela **CONTRATANTE**, deduzindo-se na fonte os tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o valor das mensalidades e a presente relação.

03.5 – Os valores, apurados serão pagos à **AON** após o recebimento da Nota Fiscal pela **CONTRATANTE**, que será emitida em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento do Relatório de Comissão que deverá ser enviado pela **CONTRATANTE** com antecedência mínima de 15 dias, observado o calendário anual de pagamentos editado pela **CONTRATANTE**.

03.6 – Nas hipóteses de agenciamento para inclusão de nova vida, resta ciente a **AON** que para efeito de pagamento de comissionamento, será considerado como primeira mensalidade o mês referente à inclusão da nova vida.

03.7 – O pagamento dos valores apurados será efetuado através de boleto bancário ou depósito em conta corrente bancária de titularidade da **AON**, a saber:

Banco: Bradesco

Agência: 3380-4

Conta Corrente: 018624-4

03.8 – A demora na apresentação da Nota Fiscal de Serviços correspondente ao serviço executado acarretará, automaticamente, na correspondente prorrogação do prazo fixado para pagamento pela **CONTRATANTE**, sem a incidência de quaisquer ônus.

03.9 - O pagamento fora do prazo ajustado no item 03.1, sujeitará a **CONTRATANTE** ao pagamento de uma multa desde já fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor devido, além dos juros legais.

IV – Cláusula Quarta – Prestação de Serviços:

04.1 - A **AON** obriga-se a prestar os serviços referidos na Cláusula 1ª, dentro da frequência e do prazo estipulados de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, observando, para tanto, as disposições do presente contrato.

V – Cláusula Quinta – Rescisão:

05.1 - O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela vontade de qualquer uma das partes, desde que comunicado com 30 (trinta) dias de antecedência, sem qualquer ônus para a Parte denunciante.

05.2 - A remuneração sob este contrato continuará sendo devida à **AON** durante o prazo de aviso prévio, constante do item 05.1.

05.3 -O presente contrato considerar-se-á rescindido de pleno direito se uma das partes estiver em situação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial.

05.3.1 - Na hipótese de encerramento, por qualquer das Partes, de suas atividades durante a vigência do presente contrato, este contrato considerar-se-á rescindido de pleno direito.

05.4 -O presente contrato poderá ainda ser rescindido se houver inadimplemento das partes de qualquer das cláusulas ou obrigações deste contrato, desde que não sanado no período de 90 (noventa) dias a contar da notificação para tal fim.

05.5 – A denúncia ou a rescisão deste instrumento não enseja, em absoluto, a liberação ou exoneração das partes das obrigações ora assumidas, que porventura ainda não tenham sido integralmente liquidadas até a data em que ocorrer qualquer uma daquelas situações, ficando expressamente estabelecido que tais obrigações subsistirão até o seu regular e efetivo adimplemento, que deverá ocorrer em estrita consonância com as disposições deste Contrato, sem que quaisquer das partes fiquem obrigadas a pagar à outra, dano emergente, lucros cessantes, juros ou qualquer indenização de outra natureza ou invocação.

VI – Cláusula Sexta – Das Obrigações da Aon:

06.1 - Constituem obrigações da **AON**:

i) Responder por todos os atos decorrentes da Legislação do Trabalho, Previdência Social e Acidentes do Trabalho, de acordo com as leis vigentes, com referência a todos os funcionários que empregar no desenvolvimento dos Programas, não havendo qualquer relação que possa configurar vínculo empregatício entre os funcionários da **AON** e a **CONTRATANTE**;



ii) Informar à **CONTRATANTE**, por escrito, sobre toda e qualquer alteração que possa vir a afetar os Programas dos Clientes Beneficiários, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sempre que souber de tais alterações a tempo;

iii) Não elaborar, criar, imprimir e/ou divulgar material promocional sem o prévio consentimento da **CONTRATANTE**;

iv) Informar, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, o andamento da negociação com o Cliente-Beneficiário.

06.2. Não constituirá obrigação da **AON** o efetivo fechamento de negócios entre os Clientes da **AON** e a **CONTRATANTE**. Caso haja a intermediação de negócios por parte da **AON**, a **CONTRATANTE** pagará a remuneração acordada à **AON**, nos termos deste contrato.

VII – Cláusula Sétima – Das Obrigações da Contratante:

07.1 – Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

i) prestar todo o suporte necessário à **AON** com relação ao objeto do presente Contrato;

ii) elaborar as propostas a serem encaminhadas para os Clientes Beneficiários;

iii) comunicar à **AON** por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias, sobre as alterações que forem realizadas, possibilitando a **AON** a necessária adequação de suas atividades às mudanças a serem realizadas e a divulgação aos Clientes-Beneficiários;

iv) pagar pontualmente a remuneração estipulada no Anexo I do presente contrato, respeitando a exclusividade da **AON** como corretora, nos limites da carta de nomeação assinada pelo Cliente da **AON**;

v) continuar a pagar a remuneração acordada com a **AON** até que o Cliente nomeie outra corretora, e, caso tal nomeação seja feita fora do período de aniversário do contrato de saúde, continuar pagando a comissão da **AON** até o aniversário seguinte do contrato (a não ser que a **AON** abra mão da remuneração por escrito);

vi) responsabilizar-se exclusivamente, mantendo a **AON** indene de qualquer responsabilidade neste sentido, pela execução de suas obrigações de operadora dos planos privados de assistência à saúde, que vierem a ser objeto dos contratos com os Clientes da **AON**.

viii) observar o prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência na convocação da **AON** para as reuniões que entender necessárias.

VIII – Cláusula Oitava– Dos Encargos Trabalhistas:

08.1 - Nenhuma das Partes, nem seus empregados, contratados ou subcontratados serão considerados empregados, contratados ou subcontratados de qualquer outra Parte, ficando totalmente entendido e acordado que nenhum empregado de qualquer das Partes fará jus a benefícios ou remunerações de qualquer outra parte. Cada uma das Partes é totalmente responsável pela retenção de todos os impostos federais, estaduais e municipais aplicáveis e incidentes sobre a folha de pagamento relativa aos seus empregados, sócios, diretores, inclusive por quaisquer contribuições exigidas por lei.

08.2 - No caso de ajuizamento de reclamação trabalhista, demanda judicial ou auto de infração que verse sobre a vinculação trabalhista dos funcionários de cada uma das Partes, envolvendo a outra Parte, a empresa acionada/ajuizada, fica obrigada a efetuar os pagamentos de condenações trabalhistas ou multas que estejam relacionadas a seus empregados, de modo a isentar completamente a outra Parte, de qualquer ônus.

IX – Cláusula Nona – Nulidade e Subsistência de Cláusulas:

09.1 - Caso qualquer disposição do presente Contrato seja considerada nula, ilegal ou inexecutável, ela não inviabilizará nem desobrigará a execução das demais obrigações nele contidas, desde que não configure dispositivo essencial à consecução do seu objeto; e se assim o for, as Partes deverão negociar de boa-fé, de forma a chegar a um Contrato na redação de uma nova Cláusula que seja satisfatória e que reflita suas intenções, conforme expressas no presente Contrato, a qual substituirá aquela considerada nula, ilegal ou inexecutável em todos os seus efeitos.

X – Cláusula Décima – Tolerância:

10.1 - O não exercício ou o atraso no exercício, por qualquer das partes, de qualquer direito que seja assegurado por este Contrato, não constituirá novação, renúncia ou precedente de tal direito, nem prejudicará seu eventual exercício ou execução posterior.

XI – Cláusula Décima Primeira – Da Confidencialidade:

11.1 - As Partes se responsabilizam por todas as informações e/ou documentos fornecidos ou revelados por uma parte à outra parte ou que venham a ser do conhecimento de qualquer das partes em virtude do presente instrumento, as quais serão tratadas pelas partes, por suas empresas controladoras, diretas ou indiretas, suas sociedades controladas ou coligadas, seus sócios, administradores, prepostos, funcionários, empregados e/ou quaisquer outras pessoas sob sua responsabilidade direta ou indireta, como informações estritamente confidenciais, não devendo tais informações ser usadas ou reveladas a qualquer órgão ou pessoa, exceto se essa divulgação vier a ser autorizada por escrito pela parte que divulgou ou exigida por lei ou determinação judicial, obrigando-se a parte receptora a devolver as informações e/ou documentos fornecidos imediatamente à parte que divulgou, por ocasião do término e/ou rescisão deste instrumento.

11.2 - No caso de revelação, por qualquer das Partes, de qualquer informação derivada do presente Contrato, sem a expressa anuência da outra Parte, implicará a Parte Reveladora da informação, o pagamento de multa pecuniária no valor correspondente a 1000 (mil) vezes o valor do salário mínimo vigente à época da revelação.

11.3 - O previsto no presente artigo permanecerá em vigor durante a vigência deste contrato e por mais 5 (cinco) anos.

XII – Cláusula Décima Segunda – Práticas Anticorrupção e Restrições Comerciais:

12.1 - Ao realizar os deveres requeridos segundo o presente Instrumento, a **CONTRATANTE**, além de seus representantes junto à **AON**, cumprirão todas as leis, regulamentos e requerimentos administrativos aplicáveis ao seu relacionamento com a **AON**, inclusive, entre outros, as leis norte-americanas, inglesas e as leis locais (todas elas cujas obrigações estão abrangidas pelo Código de Conduta da **AON**, cuja cópia foi entregue à **CONTRATANTE**), e não deverão tomar intencionalmente qualquer medida que possa sujeitar a **AON** a penalidades segundo referidas leis, regulamentos ou requerimentos administrativos.

12.2 - A **CONTRATANTE**, além de seus representantes junto à **AON**, não deverá, direta ou indiretamente, pagar, oferecer, fornecer, se comprometer a pagar ou autorizar o pagamento de qualquer parte da Remuneração ou qualquer outro montante ou outros valores a um Funcionário Público ou assemelhado, ou a algum funcionário de empresa privada ligada à operação com a **AON**, conforme descrito nas hipóteses a seguir elencadas, e nem permitirão a prática de tais atos por terceiros, a menos que tais atos tenham sido aprovados pelo Grupo **AON**, antecipadamente e por escrito, e apenas se seguirem a Política Anticorrupção do Grupo **AON**:

- um oficial ou funcionário do governo ou de qualquer de seus departamentos, agências ou repartições, inclusive entidades comerciais estatais;
- um oficial ou funcionário de uma organização internacional pública¹;
- qualquer pessoa atuando em uma qualidade oficial em nome de qualquer governo ou seus departamentos, agências ou repartições, ou de uma organização internacional pública;
- qualquer partido político ou seu oficial;
- qualquer candidato a um cargo político;
- qualquer funcionário de qualquer empresa privada ligada à operação com a **AON**;
- qualquer funcionário, diretor, conselheiro ou acionista de qualquer comprador comercial de produtos ou serviços da **AON**; ou
- qualquer outra pessoa, indivíduo ou entidade como sugestão, pedido ou indicação de qualquer das pessoas e entidades acima mencionadas, ou para o benefício delas.

12.3 - A **CONTRATANTE** garante que seus representantes junto à **AON** estão familiarizados com a Política Anticorrupção do Grupo **AON** e que, com relação aos seus deveres para com a **AON**, segundo o presente documento, não se envolverão em atos ou transações que violem tal política. A **CONTRATANTE** garante que recebeu, leu e compreendeu uma cópia do Código de Conduta de Negócios do Grupo **AON** e da Política Anticorrupção do Grupo **AON** e que concorda em cumprir ambos os documentos. Uma cópia da Política Anticorrupção.

12.4 - A **CONTRATANTE** garante que, tanto ela quanto seus representantes junto à **AON** não auxiliarão quaisquer funcionários, agentes ou outros representantes da **AON** em qualquer ato ou omissão que viole a Política Anticorrupção do Grupo **AON** ou quaisquer leis aplicáveis (inclusive leis anticorrupção) e, se a **CONTRATADA** ou seus representantes junto à **AON** tomarem conhecimento de qualquer dos referidos atos ou omissões, eles notificarão imediatamente o Departamento Jurídico ou o Departamento de Compliance Global da **AON**.

12.5 - Nem a **CONTRATANTE**, nem qualquer de seus diretores ou funcionários são atualmente Funcionários Públicos ou tem qualquer participação em empresa privada ligada à operação com a **AON** abrangida por este Instrumento.

¹ "Organizações internacionais públicas" incluem organizações tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a União Européia e diversas outras organizações internacionais. Queira entrar em contato com o Diretor de Conformidade FCPA caso não tenha certeza se uma organização se enquadra nesta categoria.

12.6 - Na data da celebração do presente Instrumento e durante o seu prazo de duração, nenhum Funcionário Público está ou se tornará associado, ou possuirá ou atualmente possui participação, direta ou indiretamente na **CONTRATANTE** ou possuiu ou possuirá qualquer participação legal ou qualquer tipo de benefício oriundo do presente Instrumento ou nos pagamentos a serem efetuados pela **AON**, segundo os termos do presente Instrumento.

12.6.1 - A **CONTRATANTE** garante que se qualquer Funcionário Público obtiver participação na **CONTRATANTE**, esta notificará a **AON** imediatamente. Desse modo, a **AON** pode, e se reserva o direito de, tomar quaisquer medidas que possam ser apropriadas para garantir que o Grupo **AON** permaneça em conformidade com todas as leis anticorrupção, regulamentos e requerimentos administrativos aplicáveis.

12.7 - A **CONTRATANTE** garante que não pagou ou propôs, não pagará ou proporá, direta ou indiretamente, qualquer comissão ou honorário de intermediação ou encaminhamento a qualquer pessoa ou firma, com relação às suas atividades em nome da **AON**.

12.8 - Com relação aos deveres da **CONTRATANTE**, de acordo com os termos do presente Instrumento, a **CONTRATANTE** não realizará ofertas ou concordará em realizar, direta ou indiretamente, quaisquer contribuições políticas.

12.9 - A **CONTRATANTE** concorda que a revelação completa da existência e dos termos deste Instrumento, inclusive as disposições de remuneração, pode ser feitas a qualquer tempo e devido a qualquer razão para quem quer que a **AON** determine que tenha necessidade legítima de ter conhecimento dos referidos termos, inclusive, sem limitação, a **CONTRATANTE** e entidades governamentais. A **AON** e a **CONTRATANTE** poderão revelar a todas as partes com as quais se relacionem em conexão com os negócios da **AON**, que a **CONTRATANTE** possui este Instrumento para assisti-la na comercialização e venda de seus serviços.

12.10 - Caso haja um pedido da **AON**, a **CONTRATANTE** fornecerá um parecer de um advogado local do país em que os serviços serão prestados, constatando que os termos e condições deste Instrumento são consistentes com as leis e regulamentos daquele país.

12.11- As Partes expressamente declaram e garantem que:

Parágrafo Primeiro: Não estão impedidas, por si ou por seus sócios, de celebrar o presente contrato, em virtude de restrição imposta por lei ou regulamento de qualquer natureza e de qualquer jurisdição, de embargos comerciais, sanções econômicas, pendências judiciais ou extrajudiciais e de quaisquer outras restrições, especialmente, mas não limitadas à lista de pessoas bloqueadas, mantida pelo Escritório de

Controle de Bens Estrangeiros do Departamento do Tesouro Norte-americano (OFAC), com base nas disposições do Ato Executivo nº 13224, de 24.09.01, que afetem, direta ou indiretamente, o normal e regular exercício de suas atividades comerciais.

Parágrafo Segundo: Para o cumprimento das obrigações assumidas sob o presente contrato, não utilizarão quaisquer recursos provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, em especial recursos provenientes de pessoas físicas ou jurídicas sujeitas às restrições comerciais impostas pelo governo norte-americano, nos termos do *International Emergency Economic Power Act* e do *Trading with the Enemy Act*, devendo observar e cumprir estritamente a FCPA (*Foreign Corruption Practices Act* - <http://www.justice.gov/criminal/fraud/fcpa/>), o *UK Bribery Act* (http://www.fsa.gov.uk/smallfirms/resources/one_minute_guides/systems_controls/anti_bribery.shtml), bem como toda e qualquer legislação aplicável ao combate à corrupção de qualquer espécie e natureza, lavagem de dinheiro, terrorismo, tráfico de entorpecentes etc.

Parágrafo Terceiro: Reconhecem que o descumprimento das declarações acima será caracterizado como infração contratual de natureza grave, ensejando a imediata rescisão do contrato, a único e exclusivo critério da Parte Inocente.

XIII – Cláusula Décima Terceira – Indenização:

13.1 - No caso de as Partes, qualquer de seus prepostos ou, ainda, terceiros contratados autorizados, deixarem de cumprir as obrigações previstas neste Acordo (inclusive, mas não somente com relação ao objeto primordial deste Contrato), ocasionando prejuízos às outras Partes, a Parte responsável pelo descumprimento responderá pelas perdas e danos, devidamente comprovados, a que der causa, facultada às Partes prejudicadas/infringidas o direito de rescindir, com relação à Parte infratora, o presente Acordo.

13.2 - As Partes concordam que, na máxima extensão permitida pela legislação aplicável, caso a **AON** seja responsável por indenizar a **CONTRATANTE** com relação aos eventuais danos diretos razoáveis que comprovadamente causar por erros e omissões de boa-fé na execução do presente Instrumento, tal indenização estará limitada ao valor máximo total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão reais), sujeito, ainda à limitação descrita na Cláusula abaixo. Em nenhuma hipótese a **AON** responderá por danos indiretos, lucros cessantes, danos morais, danos estéticos, danos emergentes ou quaisquer indenizações com caráter punitivo. A presente limitação de responsabilidade não é aplicável em caso de fraude ou má conduta dolosa.

13.3 - As Partes acordam, ainda, além da limitação relativa a este Contrato estabelecida na cláusula acima, em uma limitação agregada global máxima ao GRUPO **AON** do dever de indenizar o GRUPO DA **CONTRATANTE**, com relação a todos e quaisquer relacionamentos existentes entre as Partes, por este e



por outros contratos, no valor do equivalente a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), valor este entendido e aceito pelas partes como razoável, considerando-se o fato de a limitação aqui estabelecida ter sido essencial na fixação das remunerações cobradas pela **AON**.

XIV – Cláusula Décima Quarta – Disposições Gerais:

14.1 - O referido contrato não poderá ser cedido ou transferido a terceiros sem prévia anuência da outra parte.

14.2 - A **CONTRATANTE** obriga-se a fornecer à **AON** todos os documentos pertinentes às suas operações, relacionados ao objeto do presente contrato, permitindo assim o adequado desenvolvimento dos serviços.

14.3 - A **CONTRATANTE** declara conhecer e concordar, em sua integralidade, com os Termos de Conformidade de Negócios da **AON**, incluídos no site <http://www.aon.com/brasil/termo-conformidade-negocios.jsp>, o qual descreve os serviços que a **AON** presta e não presta aos clientes em comum com a Operadora/Seguradora, obrigando-se a não exigir serviços e/ou responsabilidades distintas da **AON**.

14.4 - As partes concordam que a **AON** age e, em todos os momentos, agirá na qualidade de contratada independente no tocante aos negócios produzidos sob este acordo e, quando atuar como corretora de seguros, cuidará dos interesses de seus clientes, e agirá como produtora/corretora independente.

14.5 - A **AON** não poderá praticar qualquer ato que esteja direta ou indiretamente ligado às atividades de competência exclusiva da **CONTRATANTE**, e vice-versa, bem como assinar qualquer documento em nome desta última ou criar qualquer vínculo obrigacional entre a **CONTRATANTE** e terceiros, salvo quando autorizada, por escrito, pela **CONTRATANTE**.

14.6 - A **AON** e a **CONTRATANTE** arcarão com todas as despesas, cada qual com a sua, de qualquer natureza, advindas da execução de suas obrigações e da assunção de suas responsabilidades estipuladas no presente Contrato.

14.7 - Este contrato de prestação de serviços profissionais não estabelece entre as partes contratantes, nenhuma forma de sociedade, associação, agência, consórcio ou responsabilidade solidária.

14.8 - As Partes que assinam o presente Contrato declaram que possuem plena capacidade civil para tanto, sem qualquer impedimento legal, bem como estão imbuídas de plenos poderes e devidamente autorizadas por todos os respectivos atos societários. A assinatura deste Instrumento formaliza assim o

ora contratado e torna obrigação legal, válida e vinculada das Partes, exequível de acordo com os seus termos e legislação pertinente.

14.9 - Pelo presente Instrumento, não se estabelece qualquer responsabilidade solidária entre as Partes, respondendo cada uma, individualmente, junto a terceiros e clientes pelas obrigações e responsabilidades atribuídas e previstas no presente Contrato.

14.10 - Esse instrumento constitui único e integral acordo entre as partes no tocante o negócio que constitui seu objeto, substituindo, para todos os efeitos, quaisquer outros documentos, propostas ou cartas de intenção de qualquer espécie, assinados anteriormente a essa data, que estejam em conflito com disposições constantes deste instrumento.

XIII – Cláusula Décima Quinta - Da Arbitragem:

15.1 - Todas as divergências entre a **AON** e a **CONTRATANTE** referentes ao presente Contrato, incluindo sua disposição e validade e quando ocorridas durante ou após a vigência deste Contrato serão obrigatoriamente solucionadas pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM/CCBC"), de acordo com o seu Regulamento, constituindo-se o tribunal arbitral de três árbitros, indicados na forma do citado Regulamento, de acordo com a Lei n.º 9307, de 23.09.1996.

15.2 - A parte (requerente) que desejar instaurar um procedimento arbitral para solucionar alguma divergência relativa às obrigações e/ou condições contratuais, formalizará, por escrito, à outra parte essa sua intenção.

15.3 - O Tribunal de Arbitragem estará autorizado a fixar todas as normas processuais para a realização da arbitragem, possuindo inclusive plenipotência para estabelecer condições que considere adequadas para as circunstâncias do caso, a respeito de quaisquer assuntos relacionados com contestações, manifestações, exame de documentos, investigação de testemunhas e qualquer outro assunto relacionado com o procedimento da arbitragem.

15.4 - O Tribunal poderá receber e tomar decisões com relação às evidências que julgar apropriadas, sempre por escrito e desde que rigorosamente admissíveis.

15.5 - Todas as despesas da Arbitragem ao longo do procedimento deverão ser arcadas pela parte determinada no regulamento do Tribunal de Arbitragem, devendo constar desse regulamento a forma de pagamento e por quem deverão estes ser efetivados. Caso não haja determinação, os árbitros deverão determinar quem deverá arcar com tal responsabilidade.

15.6 - Desde já fica esclarecido que a responsabilidade final pelas despesas havidas no curso do procedimento arbitral será decidida pelo Tribunal Arbitral, na forma prevista no art. 27, da Lei n.º 9.307/96.

15.7 - A decisão arbitral, que deve ser obrigatoriamente formalizada por escrito, produz entre as partes o mesmo efeito da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário e, sendo condenatória, constitui título executivo (art. 31, da Lei nº 9.307/96), comprometendo-se as partes a cumpri-la espontaneamente no prazo e na forma que vier a ser designado na decisão arbitral.

15.8 - As partes, desde já, declaram-se cientes de que a decisão arbitral não se sujeita a recursos e a reconhecem como título executivo nos termos da Lei de Arbitragem.

15.9 - Se a decisão arbitral não for cumprida espontaneamente no prazo e forma nela definidos a parte interessada poderá propor, perante o órgão do Poder Judiciário, a competente Ação de Execução para dar efetivo cumprimento aos termos da decisão arbitral.

E por estarem certas e contratadas, assinam as partes este Contrato em duas vias de igual forma e do mesmo teor, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 08 de agosto de 2017.

AON HOLDINGS CORRETORES DE SEGUROS LTDA.

UNIMED TRÊS CORAÇÕES COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
DR. DIONÍSIO DA SILVA VILAÇA **Dr. Luiz Humberto de Magalhães**
DIRETOR PRESIDENTE **Diretor Administrativo**
UNIMED TRÊS CORAÇÕES **Unimed Três Corações**

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF/MF:

Nome:

RG:

CPF/MF:

Anexo 1

DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA INDICADA

Razão Social: MANGELS INDÚSTRIA S/A
CNPJ/MF: 61.065.298/0015-08
Endereço: RODOVIA FERNÃO DIAS, KM 699
CEP.: 37410-000 Bairro: DISTRITO INDUSTRIAL
Município: TRÊS CORAÇÕES Estado: MG
Data de Início do Contrato de 01/06/2008
Número do Contrato Assistencial Agenciado: 234000055

DADOS CADASTRAIS DA CONTRATADA

Razão Social: AON HOLDINGS CORRETORES DE SEGUROS LTDA.
CNPJ: 48.102.552/0001-37
Endereço: Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, 153 – 6º andar
CEP.: 04543-120 Bairro: Vila Nova Conceição
Município: São Paulo Estado: SP
Telefone: (11) 3058-4591

CONDIÇÕES COMERCIAIS

Data Início deste anexo: 01/09/2017

Percentual de Agenciamento: 0%.

Percentual de Comissionamento Mensal Vitalício: 3% (três por cento) Incidente sobre o valor efetivamente pago mensalmente pela empresa indicada à **CONTRATANTE** a partir de 01/09/2017.

Data de Pagamento da Contratada: dia 25 de cada mês

Banco: Bradesco Agência: 3380-4 C/C: 018624-4
Emissão de Cheque: () Sim (X) Não

Os termos e disposições deste Anexo e eventuais Aditivos a ele relacionados, constituem-se no único documento regulador relativo a inclusão desta empresa indicada, prevalecendo sobre quaisquer outros entendimentos ou acordos, tácitos ou expressos, anteriores entre as partes que trate da mesma empresa aqui especificada.

E por assim estarem de acordo, as partes assinam o presente Anexo em duas vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

São Paulo, 08 de agosto de 2017.

AON HOLDINGS CORRETORES DE
SEGUROS LTDA

Por:

UNIMED TRÊS CORAÇÕES COOPERATIVA
DE TRABALHO MÉDICO LTDA

Por: DR. DIONÍSIO DA SILVA VILAÇA
DIRETOR PRESIDENTE
UNIMED TRÊS CORAÇÕES

Dr. Luiz Humberto de Magalhães
Diretor Administrativo
Unimed Três Corações